

DESEMPREGO E PROCURA DE TRABALHO. ALGUNS DESAFIOS

Nadya Araujo Guimarães¹

Introdução

A procura de trabalho é um fenômeno que se torna tanto mais recorrente quanto mais intenso é o risco do desemprego e mais duradouro o tempo que os indivíduos se veem privados de uma (nova) ocupação. Procura e desemprego são, por assim dizer, os dois lados de uma mesma moeda. Por isso mesmo, abordar o primeiro usando as lentes da segunda nos oferece a possibilidade de lidarmos com três ângulos centrais ao entendimento dos processos sociais que têm lugar no mercado de trabalho. Senão, vejamos.

Procurar trabalho é, mais que nada, a conduta socialmente esperada do desempregado. Por isso mesmo, procura e desemprego podem ser vistos como facetas de um mesmo fenômeno. Essa dimensão normativa fundamenta o modo como o desemprego é definido e, por consequência, a maneira como tem sido estatisticamente mensurado. Com efeito (e por maiores que sejam as disputas sobre como bem medi-lo), não ter trabalho e estar em busca de obtê-lo são os dois requisitos internacional e unanimemente assumidos em todas as formas de operacionalização dessa noção. Essa compulsão normativamente regulada ancora, também, a distinção entre desemprego e inatividade. Nesse sentido, focalizar a procura de trabalho tendo em mente a sua dimensão normativa fundante é uma estratégia frutífera para o entendimento da experiência de ser/estar desempregado, que nos faculta ir mais além de abordagens que reduzem o estudo do desemprego à mensuração do movimento de suas taxas e índices.

Ademais, as formas de procurar trabalho, em sua variação, são indicadoras do modo como se institucionaliza a operação do mercado de trabalho, da sua construção institucional. Vale dizer, a procura de trabalho é, nessa segunda perspectiva, uma boa porta de entrada para tratarmos dos atores e das instituições encarregados de fazer o encontro (o célebre *matching*) entre oferta e demanda de trabalho.

Mas, os modos de procurar trabalho são também reveladores das formas de sociabilidade. Nesse terceiro sentido, tratar da procura é uma outra forma de falar da construção da vida social, da mobilização das relações sociais, da eficácia dos laços sociais; enfim, dos mecanismos não-mercantis presentes na

¹ Nadya Araujo Guimarães é Professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Pesquisadora I-A do CNPq associada ao Centro de Estudos da Metrópole, no CEBRAP. Membro do Conselho Técnico Científico da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho. E-mail: nadya@usp.br

operação do mercado de trabalho. Mais ainda, é entender como o maior ou menor vigor dessas formas de sociabilidade expressa os modos particulares de articulação entre o público e o privado. Assim fazendo, nos deixa entrever os desafios que crescentemente se colocam para as políticas de proteção ao trabalho.

Explorar a confluência entre essas três dimensões será o alvo deste texto.

À procura de trabalho: as instituições do mercado de intermediação e a estrutura do mercado de trabalho

Não é nada trivial estar no mercado a procurar trabalho nos dias que correm. Quando escasseiam as vagas e se tornam flexíveis as condições em que as mesmas se apresentam; quando se elevam os requerimentos para ocupá-las e são muitos os indivíduos que as almejam; e quando as empresas, em sua busca incessante de racionalizar trabalho e reduzir custos, transferem a terceiros os seus antigos encargos de localizar e triar candidatos, o trabalho de procurar trabalho se tornar um empreendimento espinhoso para o desempregado ou para aquele que busca um emprego melhor.

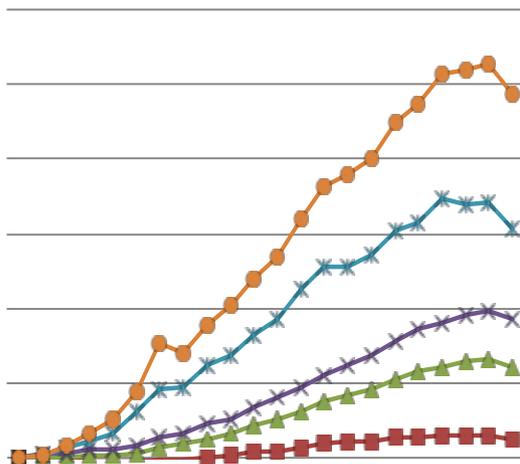
Ele precisa ter os códigos de conduta e de apresentação de si para bem interagir com os intermediários – agências de emprego, empresas de trabalho temporário, entre outros – que passam a atuar nas diversas latitudes do nosso mercado. Esses agentes fazem a primeira seleção de pretendentes, de sorte a atender o que lhes é demandado pelo setor de RH das empresas empregadoras. Com o enxugamento das empresas atingindo os setores de gerenciamento de pessoal, a estes restaram as assim chamadas “tarefas nobres” seja de definir os perfis almejados para recrutamento seja de “bater o martelo” da seleção final sobre quem contratar, após apreciar aquele pequeno grupo de candidatos que lhes foi encaminhado pelos intermediários por serem os mais competitivos e perfeitamente aderidos ao perfil que fora fixado.

Chegando por gravidade – e em grandes números, notadamente quando o desemprego se agudiza – os indivíduos em busca de trabalho devem saber apresentar-se aos intermediários da maneira apropriada. E devem fazê-lo em conformidade com as regras de reconhecimento de um potencial candidato, apto a bem desempenhar nos momentos-chave da triagem na agência, e capaz de agir como o pretendente ideal na hora do encaminhamento para a empresa usuária. Para tal, requer-se um modo adequado de apresentar suas qualificações, habilidades e pretensões. Reunir as condições para fazê-lo é obrigação daquele em busca de trabalho, de sorte a maximizar suas chances. Assim sendo, não basta estar desempregado, ou à procura de trabalho, para “naturalmente” ser considerado habilitado a ocupar uma vaga. Para passar de um “mero” demandante de trabalho a um possível empregado, sabemos hoje que todo um percurso tem lugar no mercado e diversos atores nele intervêm, especialmente quando o *matching* entre vaga e candidato se apoia no traba-

lho de intermediários.²

Não sem razão, ao observarmos as estatísticas para o Brasil, vemos que (Gráfico 1), quanto mais significativa se tornava a expansão dos empregos formalmente registrados, nos anos 2005 a 2014, mais se evidenciava, entre nós, a importância dessas instituições mercantis de intermediação (Guimarães, 2011). Tal importância pode ser facilmente mensurável pela velocidade com que tais agentes propiciaram (e seguem propiciando) o acesso a oportunidades de trabalho formal para uma parcela importante dos indivíduos, especialmente jovens engajados no trabalho temporário. Um trabalho formalmente registrado (com acesso a direitos, portanto), mas de curtíssima duração e de elevada rotatividade (Guimarães, 2009 e 2016).

Gráfico 1 - Evolução do índice referente ao volume de emprego formal no Brasil, por setores destacados (ano base: 1994).



Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego. RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, 1994 a 2015. Ano base: 1994

No momento em que a economia começou a dar sinais de desaceleração, o emprego formal gerado por agências de emprego, por empresas de locação, agenciamento e seleção parece ter sido o primeiro a se mostrar sensível ao refluxo e, assim, a (rapidamente) reduzir seu ritmo de crescimento (Gráfico 1). Com efeito, enquanto o emprego direto na indústria, no comércio e nos serviços seguia expressando ritmo positivo até 2014, a ampliação dos efetivos contratados através dos intermediadores de vagas se estabilizava, entre 2012 e 2013, e cedo começou a refluir, já desde 2014. Um movimento que é ainda mais claro se observarmos (também no Gráfico 1) o que se passa com o

2 Para uma exploração mais extensa e sistemática desse argumento, à luz de etnografias na região metropolitana de São Paulo e entrevistas com trabalhadores em busca de emprego, ver Guimarães (2009), Vieira (2012), Tartuce (2011), Demazière et al (2013), Guimarães e Vieira (2015), Guimarães (2016). Para um olhar a partir de trabalhos densos, muitos comparativos, veiculados no exterior, ver Autor (2009), Benner et al (2009) e Fu (2015).

emprego terceirizado, ou seja, com as vagas formais abertas por empresas de prestação de serviços a outras empresas (ou seja, prestadoras de serviços e não unicamente intermediadoras de trabalho).

Entretanto, há um terceiro aspecto importante a destacar quando observamos as empresas que intermediam vagas para aqueles em busca de trabalho. Em que pese o claro refluxo no ritmo de geração de postos em 2015 (já instalada a crise no mercado de trabalho), os intermediários mantiveram, no ano que passou, o mesmo ritmo de expansão de vagas de 2010 (quando o mercado estava em franca expansão). Ou seja, na crise atual, mesmo desacelerando o ritmo das suas contratações, elas seguem incorporando trabalhadores ao mercado formal a uma velocidade notavelmente mais elevada que em 2004-2005, quando se iniciou o ciclo de expansão de oportunidades ocupacionais; e chega a igualar aquela registrada em 2008, no auge da ativação da economia. O mesmo padrão pode ser observado (idem Gráfico 1) para as empresas terceirizadas, que prestam serviços a outras empresas.

Onde isso nos leva? Observando o movimento de procura por trabalho pela ótica do mercado de intermediação de vagas, ou seja, pela óticas das empresas especializadas em fazer o *matching* entre trabalhadores e empregos (o que é o mesmo de dizer, pela ótica da procura mercantil por trabalho), poderíamos dizer que a recente expansão observada nos anos 2004-2014 parece ter sido não apenas um movimento de crescimento dos postos - e dos postos formais, protegidos. Ela trouxe os sinais de que a estrutura do mercado de trabalho no Brasil segue se transformando, que o emprego formal se diversifica, que se cria - e cresce muito mais celeremente - uma camada de trabalhadores que, pela forma como procuram e obtêm postos, chegam a tipos especiais de empregos. Especiais não apenas porque se viabilizam pelo contato mediado por intermediadores. Especiais também porque mais frágeis (conquanto formais) e mais inseguros (ainda que propiciando acesso a uma cesta de direitos).

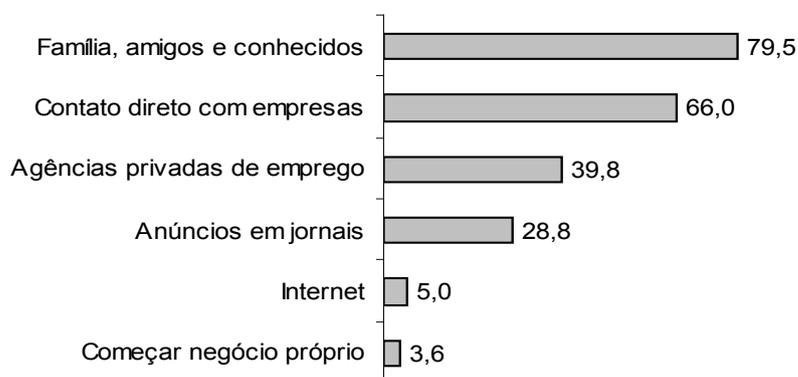
À procura de trabalho: o demandante de trabalho e suas diferentes estratégias

Em que pese a crescente importância das instituições mercantis de intermediação como portas de saída para o desemprego, há que ter em conta dois outros elementos. Primeiro, que os indivíduos em busca de trabalho lançam mão de uma pluralidade de estratégias. Segundo, dentre essas ocupa lugar privilegiado, no Brasil, o recurso às formas não mercantis de procura e de obtenção de trabalho. Denominamo-las estratégias não-mercantis porque são tecidas nos espaços da sociabilidade privada, a indicar a relevância das redes de amigos, familiares e conhecidos no encontro entre ofertantes e demandantes de trabalho, ou seja, no coração da dinâmica do mercado brasileiro de trabalho.

Com efeito, em sucessivas pesquisas, vimos nos deparando com a impor-

tância das formas não-mercantis de mediação do acesso às chances de trabalho (Guimarães, 2009 e 2009-a; Guimarães, Brito e Silva, 2011 ; Guimarães, Barbosa e Carvalhaes, 2015). Inicialmente, em *survey* realizado na região metropolitana de São Paulo, em 2001, com a economia em crise e o desemprego em alta, verificamos a notável importância das redes pessoais. Elas eram tanto o mecanismo preferencialmente mobilizado pelos indivíduos na procura, como aquele que se mostrava o mais efetivo na obtenção de uma ocupação. Nada menos que 8 em cada 10 respondentes dizia lançar mão desse mecanismo (Gráfico 2). Quando indagados sobre como haviam obtido o último trabalho, 7 em cada 10 confirmavam a eficácia das redes pessoais para encontrar ocupação.

Gráfico 2 - Mecanismos mais utilizados na procura de trabalho Região Metropolitana de São Paulo, 2001

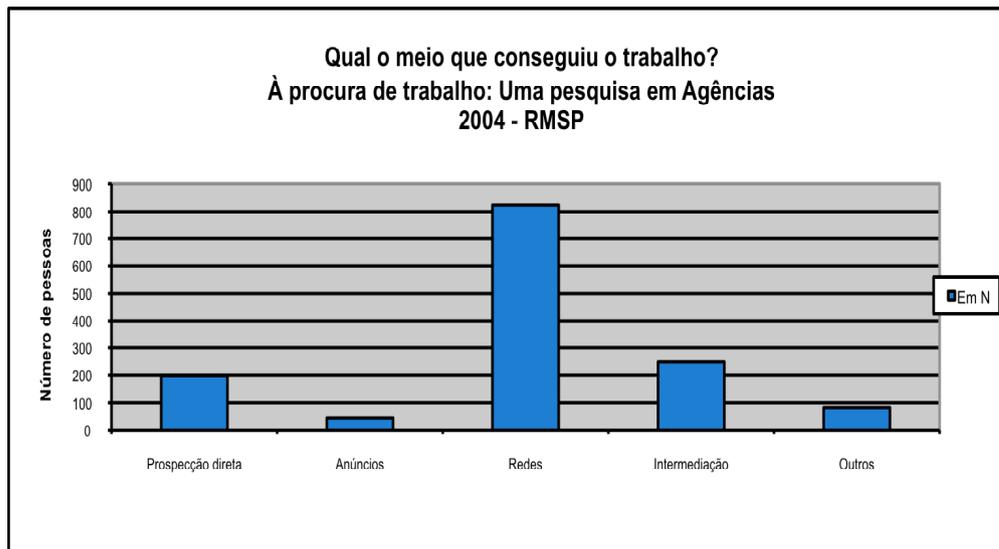


Fonte: CEM - Seade, "Mobilidade ocupacional", Módulo Suplementar à Pesquisa de Emprego e Desemprego, Região Metropolitana de São Paulo, abril-dezembro de 2001. Pergunta comportava resposta múltipla. Apud Guimarães (2009)

Em 2004, em um novo *survey*, ainda realizado em São Paulo (Guimarães, 2009-a), mas desta vez conduzido junto a indivíduos em busca de trabalho em agências de emprego, encontramos o mesmo resultado (Gráfico 3). Essa era uma conjuntura de retomada (embora ainda inicial) do crescimento econômico e de inflexão no movimento da oferta de vagas, que entrava em rota de crescimento. A procura por meio de agências entrava, como vimos antes, na mesma rota de crescimento, e os desempregados a elas afluíam massivamente em busca de trabalho. O curioso é que, conquanto houvessem sido entrevistados no momento em que procuravam emprego em agências de emprego, e muito embora nos dissessem ser esse o mecanismo a que comumente recorriam, esses entrevistados admitiam, em expressiva maioria, haver encontrado o último trabalho por meio dos seus contatos pessoais, e não através das agências de emprego; e não somente o último, mas também o penúltimo e o antepenúltimo dos seus empregos.³

³ Entretanto, também verificamos nesse estudo que a qualidade da ocupação que se obtinha variava de maneira significativa a depender do mecanismo de procura que havia sido acionado. E que as redes pessoais eram, via de regra, provedoras de trabalhos de pior qualidade. Para maiores detalhes, ver Guimarães 2009.

Gráfico 3 - Meio pelo qual conseguiu trabalho Região Metropolitana de São Paulo, 2004

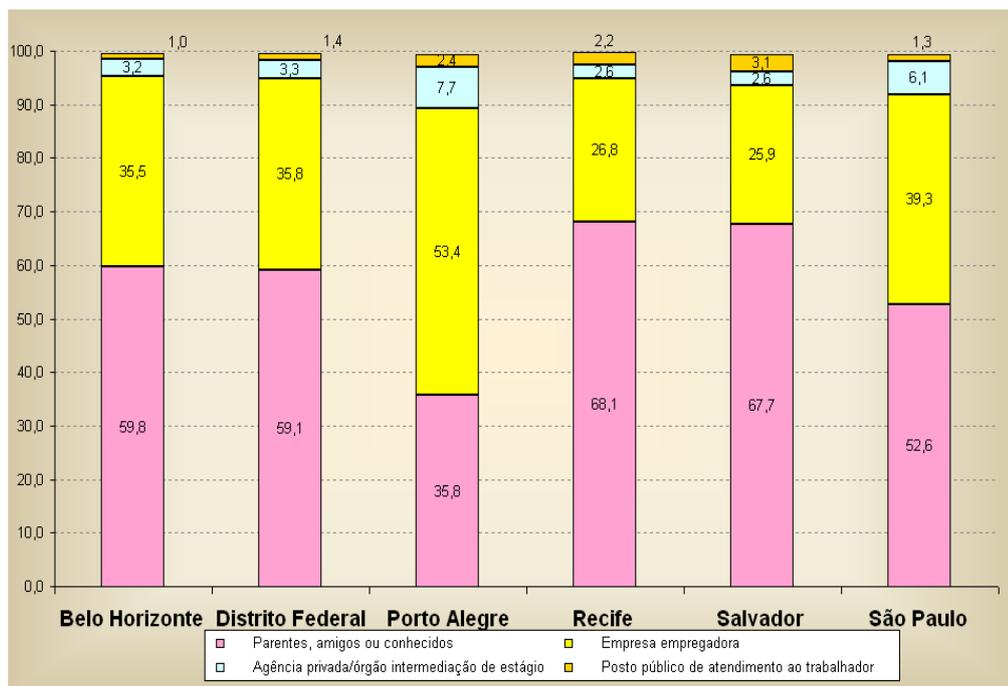


Fonte: CEM, Pesquisa “À Procura de Trabalho”, Survey por amostrar representativa dos indivíduos em busca de trabalho em agências de emprego da região metropolitana de São Paulo, agosto de 2004. Apud Guimarães, 2009-a

Os resultados obtidos nessas duas primeiras pesquisas foram confirmados por uma terceira, conduzida em 2008, agora recobrando seis das principais regiões metropolitanas do Brasil. Novamente, as redes pessoais pareciam ser os mecanismos mais importantes para ligar os indivíduos às suas futuras ocupações. Conquanto variando em seu peso entre as metrópoles brasileiras observadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, as redes eram referidas pelos indivíduos como o mais eficaz recurso para acessar oportunidades ocupacionais (Gráfico 4).⁴

⁴ Analisando em profundidade o caso de três metrópoles (Salvador, São Paulo e Porto Alegre), em outros trabalhos recentes (Guimarães, Brito e Silva, 2011), observamos igualmente existir uma associação estreita entre o tipo de mecanismo de procura e o tipo de vínculo de trabalho.

Gráfico 4 - Como se chega ao emprego privado? Diversidades entre metrópoles brasileiras em 2008



Fonte: DIEESE. Pesquisa amostral "Informações sobre o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda", questionário complementar à PED, maio-outubro de 2008. Apud Guimarães, Brito e Silva, 2011.

No mesmo ano de 2008, um *survey* domiciliar de caráter nacional (a Pesquisa sobre Dimensões Sociais das Desigualdades), levava por primeira vez essa indagação a entrevistados em domicílios localizados fora das grandes metrópoles. O resultado observado para o Brasil como um conjunto reiterava os achados anteriores. Guimarães, Barbosa e Carvalhaes (2015) mostraram que quase 5 em cada 10 respondentes (47% deles, mais exatamente) indicavam haver conseguido o atual trabalho através das suas redes de contatos; via familiares (11%), via amigos próximos (22%) ou via conhecidos (14%). Apenas 4% dos respondentes indicavam haver recorrido às instituições mercantis de intermediação (agências de emprego e empresas de trabalho temporário) nessa busca.

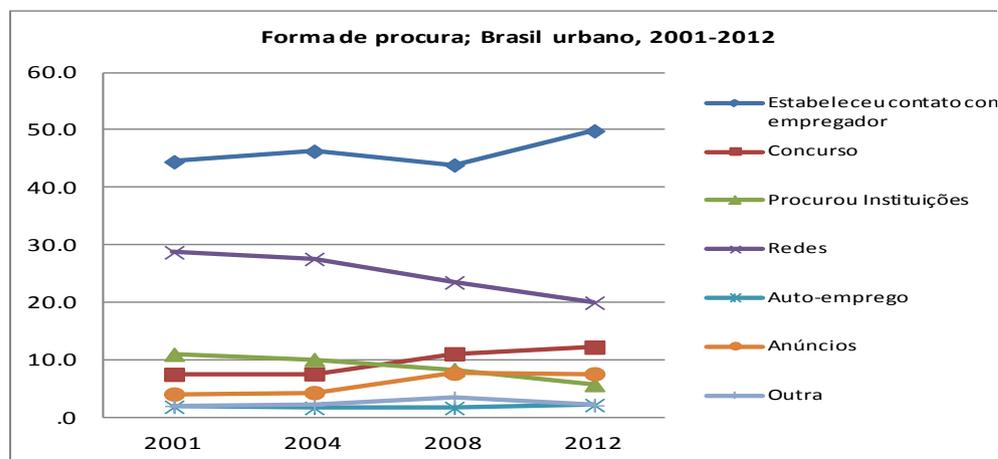
Tabela 1 - Formas de acesso ao trabalho e à renda. Brasil, 2008

	N	%
Acesso sem venda de trabalho	1311	24.5
Relação direta (prospecção/meios anônimos)	1098	20.5
Relação mediada por redes sociais (familiares, amigos, conhecidos)	2525	47.2
Relação mediada por instituições	235	4.4
Outras	182	3.4
Total	5351	100.0

Fonte: Pesquisa "Dimensões sociais das desigualdades", 2008. Apud Guimarães, Barbosa e Carvalhaes, 2015

Todavia, as diversas estratégias individuais de inclusão ocupacional são, elas próprias, sensíveis à dinâmica do mercado de trabalho. Para documentá-lo, observamos os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios sobre o modo como se procurava trabalho, no Brasil, em quatro anos selecionados, a saber 2001, 2004, 2008 e 2012; e destacamos as principais metrópoles brasileiras (Gráfico 5).⁵

Gráfico 5 -As formas de procura no Brasil urbano – 2001 a 2012



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, anos selecionados (2001, 2004, 2008, 2012)

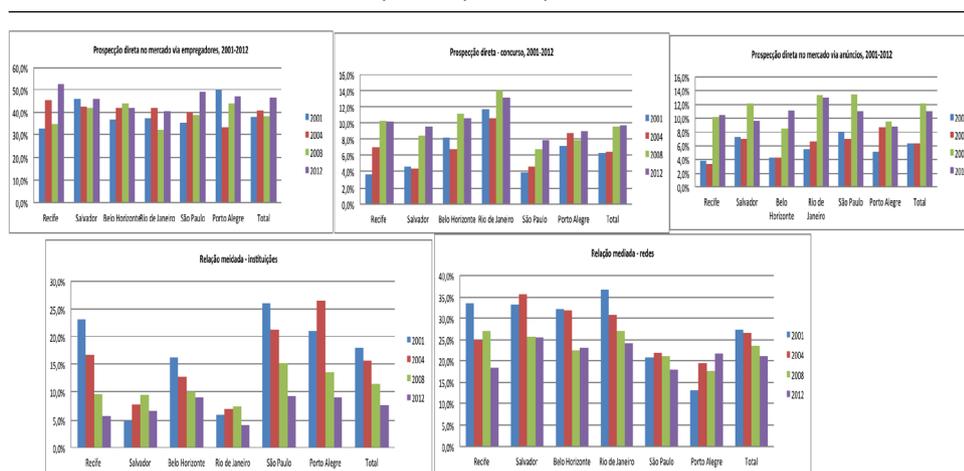
Ao longo dos anos 2000, e como sugere o Gráfico 5, os indivíduos pareceram se sentir cada vez mais seguros para prospectar diretamente o mercado, seja procurando possíveis empregadores, seja inscrevendo-se em concursos, seja respondendo a anúncios. Se observamos esse mesmo movimento seguindo algumas regiões metropolitanas, selecionadas pela relevância dos seus

⁵ A escolha desses quatro anos pretendeu representar: um momento de desaquecimento do mercado de trabalho (2001), o ano inicial de inflexão em direção ao crescimento recente dos empregos (2004), um ano de máxima expansão no ritmo de crescimento da capacidade dos intermediadores de criarem novos empregos formais (2008) e o ano mais recente (2012).

mercados, vemos que, grosso modo, a mesma tendência se mantém (painel de gráficos 6). Cai o recurso às formas de procura mediadas seja por suas redes de contatos, seja por empresas de locação e agenciamento de pessoal (representadas nas duas figuras inferiores no painel de gráficos 5), ao tempo em que se eleva a tendência à prospecção assentada na relação direta do indivíduo com empregadores, via busca na empresa, via resposta a concursos ou a anúncios (conforme as figuras superiores no painel de gráficos 6)

Gráfico 6 - Painel das variações nas formas de procura (Brasil e RM's selecionadas).

2001, 2004, 2008, 2012



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, anos selecionados (2001, 2004, 2008, 2012)

Vemos assim que, nesse período, os intermediadores de trabalho cresceram a sua capacidade de empregar indivíduos, e fizeram a um ritmo mais veloz que a média geral e também cada vez mais célere que qualquer dos grandes setores da atividade econômica (cf RAIS, Gráfico 1). Contudo, decresceu o volume daqueles que a eles acorreram em busca de trabalho (cf PNAD, Gráfico 5). O leitor atento poderá se perguntar se não há contradição entre o achado da pesquisa domiciliar (PNAD) e o achado vindo da informação compulsória prestada pelas empresas (RAIS). A nosso ver esse decréscimo pode ser o resultado da conjunção entre a maior oferta de vagas, combinada à menor opacidade do mercado e ao maior alcance das políticas de proteção social, que permitiam aos indivíduos maior comando para gerir as suas estratégias e comparar as melhores alternativas de busca de trabalho.

Entretanto, esse resultado pode sofrer, em alguma medida, o efeito de sobre-enumeração da prospecção direta resultante do modo de medir a procura adotado pela PNAD, ao que voltaremos na última seção, quando questões de natureza metodológica serão também postas sobre a mesa.

À procura de trabalho: os desafios da mensuração

Analisar o mercado brasileiro pelo prisma dos movimentos daqueles em busca de emprego nos lança diante um outro desafio: o modo como capturamos o fenômeno da procura. Com efeito, iniciamos este texto chamando a atenção para o fato de que, por maiores que fossem as disputas sobre o modo de bem medir o desemprego, não ter trabalho e estar em busca de obtê-lo eram sempre os dois requisitos internacional e unanimemente assumidos em todas as formas de operacionalizar tal categoria. Nesse sentido, fazia-se crucial documentar a assim-chamada “procura ativa de trabalho”, aquela que estabeleceria a fronteira entre o desemprego e a inatividade, entre estar no mercado em busca de inserção, ou desistir desta. Daí porque os inquéritos estatísticos passaram a pesquisar a procura de trabalho, menos por tomarem-na como um objeto relevante do ponto de vista teórico-interpretativo, e mais para, mensurando-a, assegurar-se de que o respondente teria estado efetivamente empenhado em encontrar trabalho; quando procurou e como o fez, por que mecanismos tentou chegar a uma oportunidade de emprego passaram a ser variáveis recorrentemente investigadas.

Entre nós, entretanto, tal mensuração cedo ganhou interesse analítico em si mesmo. Já no início dos anos 1980, dois desdobramentos nesse campo tornam-se marcantes. Inicia-se a aferição de curto prazo sobre o movimento do desemprego com a coleta, em algumas das principais regiões metropolitanas brasileiras, da Pesquisa Mensal de Emprego (PME).⁶ E não sem razão. A primeira grande crise de desemprego em massa, que atingia especialmente as grandes metrópoles no alvorecer dos anos de 1980, sinalizava que os indivíduos estavam aferrados a sobreviver pela renda obtida no mercado, ali permanecendo, mesmo se sem ocupação. Ademais, fez desse um problema relevante para a sociedade, mobilizando movimentos de desempregados que apareceram na cena política em cidades do porte de São Paulo.

Um segundo desdobramento igualmente relevante nos remete à história da reflexão nesse campo. Com efeito, e em paralelo, parte importante da intelectualidade brasileira passou a interpelar a mensuração do desemprego segundo a métrica estabelecida pela OIT.⁷ Destacavam, na contracorrente, a especificidade das relações de emprego e das formas de desemprego nos então chamados “mercados heterogêneos” de mão de obra. Neles, não se teria generalizado, apesar de legalmente estatuída, uma norma contratual fundada no assalariamento por tempo indeterminado e protegido pela formalização do vínculo. Mais ainda, privados das instituições de proteção que tomaram forma sob regimes universalistas de bem-estar social, mercados como o nosso careciam de um sistema público de suporte ao trabalhador desempregado, de

6 A PME vem de ser descontinuada em 2016.

7 Diferentes trabalhos documentam esse movimento intelectual: Troyano, 1990; Hoffmann e Brandão, 1996; Dedeca, 1996, 1999; Hoffmann e Cutrim, 2000; Montagner, 2003.

modo a lhe permitir fazer face às circunstâncias de perda do vínculo e seguir em sua busca de trabalho. Nessas condições, a organização do mercado de trabalho estava longe de poder reduzir-se à díade formada pelas figuras do emprego duradouro e formalmente protegido, por um lado, e do desemprego transitório e igualmente protegido, por outro. Esse debate deu lugar, como sabemos, a um empreendimento ousado do ponto de vista político e metodológico. Uma nova estratégia de mensuração do emprego e do desemprego, encarnada na Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, capitaneada pelo DIEESE e apoiada por alguns governos locais. Através dela, passava a, em paralelo, monitorar, e também mensalmente, o comportamento do mercado. Assumia-se, entretanto, a intenção de conceituar e quantificar as situações que entre nós se estabeleciam entre esses dois estatutos (o emprego formal e duradouro e o desemprego aberto e transitório), criando uma sorte de fronteira fluida entre estados que se acreditava discretos e perfeitamente mensuráveis.

A construção de uma definição operacional para medir o que se chamou “desemprego oculto” constituiu, por isso mesmo, um desafio teórico-metodológico de primeira hora. Somente assim poder-se-ia evidenciar o peso dos contingentes da força de trabalho que se localizavam tanto na fronteira (até ali cinzenta) entre ocupação e desocupação - sob a forma do desemprego que se ocultava num trabalho precário -, quanto aquela que ocupava a fronteira cinzenta entre atividade e inatividade - sob a forma do desemprego que se ocultava no desalento.

Para tal, cabia perscrutar tanto a disposição subjetiva para o engajamento no trabalho, indagando sobre pretensões em termos de jornada, quanto enfrentar o desafio da mensuração mais refinada e cuidadosa do fenômeno da procura de trabalho, investigando-o em temporalidades distintas e mais amplas que a semana anterior à coleta, tomada até então como referência. Mais ainda, havia que perquirir sobre os mecanismos acionados na procura e, com isso, abria-se toda uma avenida para mensurar o papel dos diversos agentes, do mercado e de fora dele, que se envolviam com a circulação da informação sobre oportunidades ocupacionais.

As diferentes estatísticas produzidas a respeito do movimento conjuntural do mercado brasileiro de trabalho passaram a se utilizar de diferentes métricas para contabilizar o desemprego e para apurar a existência da procura, o que fez com que compará-las se tornasse um importante desafio. Mais que isso, no que se refere aos mecanismos acionados na procura por trabalho, cada uma delas apresentava uma limitação de ordem distinta, mas sempre comprometendo um olhar mais completo sobre o fenômeno.

Assim, por exemplo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, único inquérito estatístico de folego nacional que, em longa série histórica, regularmente captura a situação do trabalho, não apenas mantém o viés instrumental dado à pesquisa sobre a procura, como claramente superestima a chamada prospecção direta do trabalhador no mercado. Com efeito, a PNAD informa sobre os mecanismos de procura a partir de respostas sobre “a provi-

dência tomada para conseguir trabalho”. Assim fazendo, não investiga mais que a procura habitual; ou seja, deixa de atentar para a chamada «procura efetiva». Tal abordagem se repete sempre quando o interesse se centra em apenas documentar a existência de procura para bem classificar o respondente como em situação de desemprego, relegando o estudo dos mecanismos pelos quais se chega efetivamente ao posto de trabalho.

As respostas, por seu turno, são classificadas usando um conjunto de alternativas: “estabeleceu contato com o empregador”, “fez concurso”, “consultou agencia ou sindicato”, “colocou ou respondeu anuncio”, “consultou parente, amigo ou colega”, “tomou medida para iniciar negócio”. Tal classificação guarda uma ambiguidade que tem efeitos sobre o cômputo dos vários mecanismos de busca. É o caso do modo como se operacionaliza resposta “contato com empregador”. Tal como medido pela PNAD, ele vai além do entendimento habitual que se dá à “prospecção direta” (a inscrição em serviço ou departamento de pessoal, ou o envio de curriculum vitae, ou a resposta a placa ou aviso de vaga). Ele abarca igualmente, e no dizer do levantamento, a inscrição em agência de emprego ou em sindicato, a resposta a anúncio em jornal ou revista, o recurso a parente, colega ou amigo, visita pessoal, carta, telegrama ou qualquer outro veículo para acesso ao potencial empregador. Tal sobreposição de critérios classificatórios sobre-enumera a iniciativa individual de procura junto a empregadores, quando reduz o peso de outras categorias, como busca por anúncios, por redes, por instituições de intermediação, que passam a estar subsumidas na categoria “estabelecimento de contato com o empregador”.⁸

E mesmo a Pesquisa de Emprego e Desemprego, PED, que surge motivada por bem medir as fronteiras entre ocupação, desocupação e inatividade, termina por também assujeitar a investigação sobre a procura à condição de um mero indicador na medida do desemprego. Assim, nem avança sobre a procura efetiva, bem-sucedida porque levou o indivíduo ao posto de trabalho, e tampouco escapa aos deslizes classificatórios no que concerne aos múltiplos mecanismos por eles mobilizados. Assim, a coleta dos mecanismos de procura na PED parte de uma pergunta ao respondente sobre se procurou trabalho nos trinta últimos dias; em caso afirmativo, ele é instado a indicar a providencia que tomou, selecionando-a dentre: (i) procurou empresa, agencia ou sindicato, (ii) procurou o SINE, (iii) colocou/respondeu anuncio, (iv) procurou parente, amigo ou conhecido, (v) procurou na rua, (vi) fez contatos com possíveis clientes. Essa categorização, conquanto tenha a enorme vantagem de destacar o recurso ao sistema público, também apresenta um limite: mesclam-se, numa mesma classe de mecanismo, a procura direta junto a empresas, a procura via agencia privada de emprego e a procura via sindicato. Isso impede uma análise mais acurada do papel dos intermediadores não-governamentais (sindicatos e agencias), que se somam, de maneira injustificada, às iniciativas de prospecção direta junto a empresas.

⁸ Mudanças mais recentes efetuadas pela PNAD-Contínua ainda não podem ser capturadas em seus efeitos operacionais posto que os novos dados sobre procura ainda carecem de divulgação completa.

Em suma, medir a procura, tornando-a um objeto relevante em si mesmo, não parece ser um empreendimento trivial, o que nos deixa com lacunas importantes no que respeita ao melhor entendimento dos mecanismos acionados pelos indivíduos em sua busca por escapar da situação de desemprego, o que é particularmente relevante em conjunturas em que o mercado de trabalho revela-se em crise.

À guisa de conclusão

Nas últimas décadas acompanhamos, no Brasil, um movimento de ampliação do engajamento à atividade econômica e, com ela, de consolidação do processo de mercantilização do trabalho (Guimarães, Brito e Barone, 2015). Dois traços nele são especialmente salientes: a crescente compulsão a buscar no mercado a sobrevivência e a progressiva dominância da relação assalariada sobre o auto-emprego. Dependência ao mercado e dependência a um empregador configuram, assim, as ancoras sobre as quais passa a se assentar a estrutura do mercado de trabalho que emerge, e de modo indelével, no Brasil a partir dos anos 1980.

Crescendo o assalariamento e, mais recentemente, aumentando a formalização dos contratos, havia que entender como se tecia a relação social que estava no coração dessa dinâmica mercantil, qual seja, a que se estabelece entre ofertantes e demandantes de trabalho. Curiosamente, quando focalizamos o modo como se dá esse encontro, vimos sobressair a estreita articulação entre os elementos tipicamente mercantis que expressam este “*matching*”, e elementos outros, de natureza extra-mercantil. Esses últimos advêm seja das relações (informais) tecidas nos espaços de sociabilidade privada, seja das relações (formais) estabelecidas entre os indivíduos, sujeitos de direitos, e as políticas de proteção social. Umas e outras, conquanto de natureza extra-econômica, são economicamente relevantes.

Exploramos, então, o imbricamento entre a esfera do mercado (expressa na competição pelos empregos, que está no âmago da procura de trabalho) e a esfera da solidariedade que emana dos espaços de sociabilidade privada. Ela tem se revelado crucial, no caso brasileiro, para que os indivíduos não apenas saibam onde estão as oportunidades ocupacionais, como para que criem, para si mesmos, as condições, o timing, os recursos e os ativos para por eles competir. Impossível, vimos então, compreender como os indivíduos se mantêm no mercado e alcançam posições ocupacionais sem recorrer à estreita inter-relação entre essas duas esferas – mercado e espaços privados de sociabilidade.

Entretanto, avançar no entendimento do desemprego mirando-o pela ótica da procura, requer aprimorar os modos como mensuramos tal fenômeno, contornando problemas que ainda nos são deixados pelas estatísticas que

vimos produzindo no Brasil.

Referencias bibliografias:

AUTOR, D. *Studies of Labor Market Intermediation*. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

BENNER, C., L. LEETE, and M. PASTOR *Staircases of tradmills. Labor market intermediaries and economic opportunity in a changing economy*. New York: Russell Sage Foundation, 2006.

DEDECCA, C. Desemprego e regulação no Brasil hoje. *Cadernos do Cesit*, Campinas, Unicamp-IE-Cesit, n. 20, 1996.

DEDECCA, C. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Campinas: Unicamp-IE, 1999. (Coleção Teses).

DEMAZIÈRE, D., GUIMARÃES, N.A.; HIRATA, H., SUGITA, K. *Être chômeur à Paris, Sao Paulo et Tokyo*. Paris: Presses de Sciences Po, 2013.

FU, Huiyan (ed.) *Globalisation and Temporary Agency Work: Anthropological Perspectives on Labour Flexibility and Inequality*, London: Ashgate/Gower, 2015

GUIMARÃES, N. A.. "O que muda quando se expande o assalariamento (e em que o debate da Sociologia pode nos ajudar a compreendê-lo?). *Dados*, v. 57, pp. 97-130, 2011

GUIMARÃES, N. A. *À Procura de Trabalho: Instituições do Mercado e Redes*. Coleção Trabalho & Desigualdade (10). Belo Horizonte: Argvmentvn, 2009, 224 pp.

GUIMARÃES, N. A. *Desemprego, uma construção social*. São Paulo, Paris, Tóquio. Belo Horizonte: Argvmentvn, 2009-a.

GUIMARÃES, N.A. 2016. "Trabalho intermediado, percursos instáveis e sociabilidade juvenil". *Linhas Críticas*. v.22, n.47, p. 15-40, jan./abr. 2016.

GUIMARÃES, N. A., BARBOSA, R.; CARVALHAES, F. "Desigualdades ocupacionais e acesso a informações sobre oportunidades de emprego: explorando a fronteira entre os estudos da estratificação e do trabalho". XVII Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia, Porto Alegre, 2015.

GUIMARÃES, N. A.; BRITO, M. M. A.; SILVA, P. H. 2011. "Os mecanismos de acesso (desigual) ao trabalho. In: KOWARICK, L. e MARQUES, L. (orgs.). *São Paulo: novos percursos e atores*. S.P: Ed. 34 e CEM, cap. 7, pp. 179-208.

GUIMARÃES, N. A; CONSONI, F. L.; BICEV, J. T. "Os intermediários no mercado de trabalho. Qual o lugar do Brasil frente a recentes tendências internacionais?", Comunicação apresentada ao GT 06 – Subcontratação e Organização de Trabalhadores Precários, VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho (O Trabalho no Século XXI. Mudanças, Impactos e Perspectivas"), São Paulo, 2 a 5 de julho de 2013.

GUIMARÃES, N. A. ; VIEIRA, P. "Labour flexibility in an already flexible market: Temporary agency work in Brazil". In FU, Huiyan (ed.) *Globalisation and*

Temporary Agency Work: Anthropological Perspectives on Labour Flexibility and Inequality, London: Ashgate/Gower, 2015

HOFFMANN, M.; BRANDÃO, S. Medição do emprego: recomendações da OIT e práticas nacionais. *Cadernos do Cesit*, Campinas, Unicamp-IE-Cesit, n. 22, 1996.

HOFFMANN, M.; CUTRIM, M.A. *Unemployment in Brazil: how can it be measured?* São Paulo, Cebrap, out. 2000.

MONTAGNER, P. A medida do emprego e do desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras. In: GUIMARÃES, N.A. et al. *Desemprego: abordagens institucional e biográfica. Uma comparação Brasil, França, Japão*. São Paulo, fev. 2003. cap. 3. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya>>. (Relatório Final do Auxílio CNPq 469792-00).

TARTUCE, G. *Jovens na transição escola-trabalho. Tensões e intenções*. São Paulo: Ed. AnnaBlume, 2011

TROYANO, A.A. A trajetória de uma pesquisa: avanços e obstáculos. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 4, n. 3/4, p. 69-74, jul./dez. 1990.

VIEIRA, P. *A experiência da procura de trabalho: vivências, significados e interações*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2012. v. 1. 190p .